

Uma via em disputa: Rua do Príncipe, 1986 e 2004

A street in dispute: Prince Street, 1986 and 2004

Una calle de la controversia: Rua do Príncipe, en 1986 y 2004

João Abeid Filho¹

Ilanil Coelho²

Recebido em: 30/6/2014
Aceito para publicação em: 6/7/2015

Resumo: O artigo analisa disputas travadas em processos de intervenção urbana tomando como referência de estudo a Rua do Príncipe, em Joinville, Santa Catarina. A pesquisa realizada focalizou dois projetos de intervenção que pretenderam articular a preservação do patrimônio cultural e que tiveram efeitos opostos. Diante disso, buscou-se compreender quais os fatores que têm orientado e que têm adquirido maior importância para a gestão pública do espaço urbano. A interpretação dos

¹ Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille), pós-graduado em Marketing pelo Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (Ipep) e graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

² Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

acontecimentos permitiu refletir sobre os usos sociais da rua, bem como sobre os propósitos que movem os projetos de intervenção em contextos diferenciados.

Palavras-chave: patrimônio cultural; memória; intervenções urbanas; usos da rua.

Abstract: The article examines disputes fought in urban intervention processes using as a study reference to Rua do Príncipe Street in Joinville, Santa Catarina. The research focused on two intervention projects that intended to articulate the preservation of cultural heritage and which had opposite effects. Therefore, we sought to understand what factors have guided and have acquired greater importance for public management of urban space. The interpretation of events allowed to reflect on the social uses of the street as well as on the purposes that move the intervention projects in different contexts.

Keywords: cultural heritage; memory; urban interventions; street uses.

Resumen: El artículo analiza las disputas batalladas en los procesos de intervención urbana utilizando como referencia el estudio de la calle Rua do Príncipe en Joinville, Santa Catarina. La investigación se centró en dos proyectos de intervención que pretenden articular la preservación del patrimonio cultural y que tuvieron efectos opuestos. Por lo tanto, hemos tratado de entender qué factores han guiado y han adquirido mayor importancia para la gestión pública del espacio urbano. La interpretación de los hechos permitió reflexionar sobre los usos sociales de la calle, así como en los propósitos que mueven los proyectos de intervención en diferentes contextos.

Palabras clave: patrimonio cultural; memoria; intervenciones urbanas; usos de la calle.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da pesquisa³ da qual este artigo resulta teve um ponto de partida incomum, apesar de não poder ser classificado como inédito. Incomum porque o primeiro movimento foi o ato de caminhar pela Rua do Príncipe, rua localizada no centro de Joinville (Santa Catarina) e integrante do Setor Especial de Interesse do Patrimônio Cultural (Seipac)⁴. Não inédito pois assim fez o antropólogo italiano Massimo Canevacci (2004, p. 30) na cidade de São Paulo em 1984, quando explicou os fundamentos epistemológicos que adotou para estudar uma cidade brasileira ao mesmo tempo “similar em tudo e completamente diferente de uma cidade italiana”. Comparando a cidade “a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam”, Canevacci (2004, p. 17) afirma que a polifonia que a

³ O projeto de pesquisa que resultou na dissertação de mestrado *Uma rua em disputa: Rua do Príncipe, Joinville, Santa Catarina - 1986/2004* integra um programa de investigação desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD), que tem como objetivo analisar e problematizar as disputas que atravessaram e que movem as práticas de espaço em Joinville, imbricadas na instituição ou reestruturação de lugares de patrimônio voltados ao consumo que, ao mesmo tempo, suscitam pela observação de seus usos/práticas cotidianas novos sentidos políticos e identitários em relação à cidade e aos modos de vida urbano. Destaca-se que este projeto está articulado a outros que têm como objeto a análise de planos urbanísticos, políticas patrimoniais e iniciativas de turistificação do patrimônio rural.

⁴ Conforme Plano Diretor Municipal (JOINVILLE, 2008).

configura como objeto de pesquisa deve motivar os pesquisadores a adotar uma perspectiva teórica e metodológica também oblíqua e polifônica, o que implica um esforço continuado de estranhar o que é familiar numa cidade e, ao mesmo tempo, familiarizar as suas múltiplas estranhezas.

O ato de caminhar pela Rua do Príncipe teve como razão principal o fato de ela abrigar o maior número de edificações tombadas⁵ pelas esferas municipal, estadual e federal na cidade e ter sido alvo de duas intervenções urbanas recentes, uma em 1986 e outra em 2004, que provocaram mudanças significativas na paisagem e nos usos cotidianos da rua.

Por outro lado, o ato de caminhar constituiu uma experiência metodológica ímpar, pois ao longo de dois anos as observações registradas por imagens e escritos de campo motivaram questionamentos com base na configuração atual da rua. Dos registros e discussões realizados, inúmeras e complexas questões se abriram, as quais demandaram levantamento de novas fontes em centros de documentação e no Arquivo Histórico de Joinville, bem como estudos teóricos produzidos por historiadores, antropólogos, cientistas sociais e urbanistas que dialogavam com o tema. Neste artigo, problematizamos alguns fragmentos selecionados do nosso banco de dados⁶ relativos a discursos oficiais, escritos da imprensa, imagens e relatos de memória que remetem à polifonia de vozes e à multiplicidade de experiências e memórias sobre as intervenções urbanas realizadas. O nosso objetivo será analisar as mudanças praticadas à luz dos direcionamentos tomados pela gestão pública, com fundamento nos jogos de interesses e expectativas de diferentes sujeitos, grupos sociais e instituições. Do nosso ponto de vista, isso permite compreender as transformações físicas e estéticas da Rua do Príncipe inseridas num campo de força, cuja dinâmica se liga aos usos sociais do espaço público na cotidianidade urbana.

Como parte de um conjunto de ruas que remetem às origens da cidade, a Rua do Príncipe é diariamente espaço de deslocamento de um grande fluxo de pessoas. Possui uma via única para veículos. Em frente a algumas edificações tombadas, as calçadas são largas e nelas estão instalados alguns mobiliários urbanos (bancos, jardineiras, lixeiras etc.). A sinalização parece buscar organizar e disciplinar os fluxos veiculares e persuadir transeuntes, entretanto pedestres e motoristas deslocam-se impondo um ritmo próprio no qual concorrem vitrines ou panos estendidos ao chão, expondo miudezas comercializáveis. Por isso não é possível locomover-se pela rua rapidamente. A sonoridade é outro elemento de destaque: buzinas, locutores em frente a lojas, aparelhos de som e televisões, reprimendas de mães, brados infantis, pedidos de esmola, pregações religiosas improvisadas, músicos da ocasião etc.

Tal descrição guarda similitude com outras tantas ruas das nossas cidades contemporâneas, porém foi pelas nossas próprias caminhadas e paradas que distinguimos as singularidades dessa rua. Ouvimos, de comerciantes estabelecidos e de artesãos que trabalham nos arredores, avaliações contrastantes sobre as duas intervenções urbanas que pretendiam promover a proteção do patrimônio cultural edificado, melhorar a mobilidade e desenvolver o comércio na área central da cidade. De que forma essas questões poderiam ser vislumbradas tomando-se como base os usos da rua que dela fizeram artesãos e lojistas a partir da década de 1980? Quais os discursos e práticas imbricados nessas intervenções?

⁵ Conforme levantamento realizado na Fundação Cultural de Joinville, em 2013 existiam na cidade 96 bens tombados, dos quais 16 se localizam na Rua do Príncipe. Isso representa cerca de 17% do total. O segundo lugar concentra 8 edificações, ou seja, 8% do total.

⁶ Um importante desdobramento do Programa de Investigação do GPCCD foi a constituição de um banco de dados que reúne uma vasta documentação de tipologias diversas. Organizado desde 2010, possibilita o acesso e o compartilhamento de fontes entre os integrantes da equipe. Cada documento possui uma ficha de registro com informações bibliográficas, ementas de conteúdo fornecidas pelos usuários e um *link* que dá acesso ao documento digitalizado.

Dessa perspectiva, ganhou importância o trabalho de Henri-Pierre Jeudy (2005), especialmente quanto à crítica sobre as estratégias utilizadas no que denomina processo de *culturalização* das cidades contemporâneas, resultando na espetacularização delas. A isso se ligou a reflexão da arquiteta e urbanista brasileira Fernanda Sánchez (2001) sobre a matriz conceitual e operativa que tem inspirado gestores nas atuais intervenções urbanas e que resulta no disciplinamento do espaço público, na expulsão de alguns de seus usuários, no favorecimento a capitais privados e em vantagens a especuladores imobiliários. Ademais, ao buscarmos aprofundar a compreensão sobre os embates sociais travados nos processos de intervenção urbana, a reflexão da socióloga Fraya Frehse (2009) sobre “os usos da rua” ganhou singular importância heurística na nossa investigação. Optamos por aludir a esses diálogos teóricos à medida que lidamos com as fontes investigadas e as interpretamos. Nossa expectativa é contribuir, ainda que minimamente, para o debate sobre a necessidade de reconfigurar os princípios e as finalidades que vêm balizando a gestão do espaço urbano e as políticas de proteção ao patrimônio cultural em cidades como Joinville.

PERCURSOS DA RUA

O município de Joinville localiza-se na região nordeste do estado de Santa Catarina. Com uma população de 515.288 habitantes (IBGE, 2014), é a mais populosa cidade do estado (SANTA..., 2014). A história de sua ocupação remonta a 5.000 anos, conforme estudos e achados arqueológicos⁷. Em 1877 Joinville foi alçada à categoria de cidade. Tal fato se relaciona ao processo histórico que combinou a vinda de imigrantes germânicos para Santa Catarina (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2014) com a colonização da região a partir de 1851, ambas promovidas pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a qual era formada por comerciantes de Hamburgo dedicados aos negócios de importação e exportação de produtos coloniais. Em meados dos anos 1840, adquiriu uma considerável área de terras dotais pertencentes à D. Francisca, irmã de D. Pedro II e esposa do príncipe francês François Ferdinand Phillipe, para fundar a colônia agrícola D. Francisca (antiga denominação de Joinville)⁸.

O historiador Carlos Ficker, em sua *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*, destaca que a partir do centro colonial, denominado Schroedersort nos anos de 1850, picadas eram abertas para ligar os principais pontos na então localidade em expansão, e entre as três principais se destacava a Ziegeleistrasse, que ia do centro à olaria dos noruegueses, “construída à custa da Direção da Colônia, para facilitar o abastecimento de Schroedersort com telhas e tijolos” (FICKER, 2008, p. 103). Essa olaria teria sido a primeira indústria de que se tem registro na cidade e deu nome à Rua do Príncipe nos primórdios da colonização⁹.

Em 1865 chegou à colônia o engenheiro francês Frédéric Bruestlein, representante e procurador do príncipe François Ferdinand Phillipe. Sabendo do interesse do príncipe em

⁷ O Museu Arqueológico de Sambaqui, instituição responsável pelo gerenciamento do patrimônio arqueológico no município de Joinville, tem cadastrados 42 sambaquis, duas oficinas líticas, três estruturas subterrâneas e dois sítios históricos (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2014).

⁸ A esse respeito ver: RICHTER, Klaus. A fundadora de Joinville: Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3.^a fase, n. 4, 1983; COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

⁹ Na tradução do idioma alemão para o português, *Ziegeleistrasse* significa Rua Fábrica de Telhas ou Rua da Olaria, primeira denominação da Rua do Príncipe.

visitar a região, Bruestlein projetou uma construção para receber a família real. Adolph Haltenhoff, proprietário da referida olaria, recebeu a encomenda para fornecer o material para a construção da Maison Joinville, construída em 1870 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1939. Era composta por uma residência de verão e um caminho de palmeiras imperiais, trazidas do Rio de Janeiro, que a ligava à então Ziegeleistrasse. Passou a existir então um circuito composto por uma rua que ligava a olaria a um palácio.

Mais tarde, a Rua do Príncipe tornou-se passagem para a estação ferroviária (localizada ao sul do município e inaugurada em 1906), gerando grande fluxo de pessoas em um espaço testemunho de uma era em que a realeza se fazia figurar, não pela presença dos príncipes, mas pelas construções erigidas, em vão, para recebê-los. Embora a família real nunca tenha habitado ou visitado o palácio construído, Joinville ficou conhecida como Cidade dos Príncipes, e a Rua da Olaria tornou-se a Rua do Príncipe.

Grande parte dos atuais imóveis na Rua do Príncipe foi construída no início do século XX e suscita a influência da arquitetura europeia, em moda na ocasião de suas construções. Talvez por isso a Rua do Príncipe tenha se tornado o lugar de uma memória desejada e tomada como única a ser preservada, pautada na história de um príncipe e na colonização germânica.

Outra característica fez-se marcante na paisagem arquitetônica da rua: as atividades comerciais. Havia construções de uso misto, que atendiam à necessidade de moradia e geravam receita por meio de atividades comerciais. Ainda que atualmente essas edificações mistas pouco sirvam para moradia, a Rua do Príncipe concentra grande parcela do comércio do centro da cidade. Lá, diariamente, apresenta-se um grande fluxo de pessoas, o que pode explicar, em parte, as disputas travadas pelos usos comerciais da rua, bem como as inúmeras intervenções nela ocorridas desde a segunda metade do século XIX.

A primeira intervenção urbana na Rua do Príncipe teria ocorrido em janeiro de 1857, com o nivelamento do terreno no alto da Rua da Olaria e a instalação da Casa de Oração Protestante. Ao mesmo tempo eram erigidas duas residências para os padres católicos – a primeira igreja católica provisória já havia sido construída em 1852, também na Rua do Príncipe (FICKER, 2008, p. 170). No ano de 1910 a então Alameda Bruestlein (antigo caminho das palmeiras) foi pavimentada com paralelepípedos, possibilitando o tráfego de veículos de carga e de passeio. No início da década de 1930 foi criada a Praça Nereu Ramos, em princípio conhecida como Praça Carlos Gomes, abrigando, na época, um prédio construído para uso dos Correios. Contudo, como dito anteriormente, propomos analisar apenas duas intervenções: uma em 1986, que resultou na construção de um calçadão, e outra em 2004, que o eliminou. Em comum, os discursos acionados para justificá-las: proteção ao patrimônio cultural edificado, melhoria da mobilidade urbana e desenvolvimento do comércio central.

A RUA DO PRÍNCIPE E O (NÃO) CALÇADÃO

O que teria motivado o poder público a fazer e eliminar o calçadão? Quais os cenários que se pode traçar para compreender esse paradoxo? Para dar conta dessas questões, buscamos na documentação coletada elementos não apenas capazes de nos ajudar a construir cenários históricos, mas também informações sobre sujeitos e grupos envolvidos diretamente na trama dos acontecimentos. Um grupo em especial ganhou nossa atenção. Trata-se dos artesãos organizados numa associação, a denominada Associação Joinvilense dos Artesãos (Ajart¹⁰). Isso porque, tanto na primeira quanto na segunda intervenção em estudo, a

¹⁰ A Ajart foi criada em 1983 congregando cerca de 200 artesãos participantes da Feira de Artesanato, que foi iniciada no início dos anos 1970.

maneira do trato do poder público com os artesãos teve sérias implicações políticas e sociais, pois incidia sobre a principal iniciativa da Ajart: a Feira de Artesanato de Joinville.

O movimento que criou o calçadão em 1986 tinha como justificativas o desenvolvimento do comércio central, a melhoria da mobilidade urbana e a preservação do patrimônio cultural, o que também se apresentava como explicação para a sua destruição em 2004. A esse respeito, vários discursos circularam pelas páginas dos jornais aludindo aos benefícios (e respondendo às críticas) das intervenções.

A intervenção de 1986 teve como pano de fundo a mobilização de profissionais e de associações atuantes na área do urbanismo e da cultura. Já em 1981 o jornal *A Notícia* destacava a formação de um movimento dito comunitário de preservação do patrimônio cultural de Joinville que contava com arquitetos, historiadores e fotógrafos. O objetivo era mobilizar a comunidade para a valorização de edificações da área central. Na mesma matéria o assessor de planejamento urbano da Associação dos Municípios do Norte de Santa Catarina afirmava que “a rua do Príncipe e as demais ruas centrais são passíveis de renovação, porém de atividades e não a parte física”, e, na medida do possível, essas atividades deveriam estar voltadas ao lazer e à recreação, favorecendo o fluxo de turistas e moradores (*A NOTÍCIA*, 1981, p. 5). Por isso, o movimento iria produzir um dossiê com imagens de contraste entre antigo e moderno que incluiria um diagnóstico sobre o imobiliário histórico, bem como um parecer a ser encaminhado à prefeitura. A esse movimento outros cenários concorreram para a construção do calçadão, como procuraremos analisar adiante.

Em 2004 o denominado projeto de revitalização e abertura do calçadão da Rua do Príncipe também previa facilitar o trânsito sem comprometer o fluxo de pedestres (*A NOTÍCIA*, 2004, p. 9). Destacava o prefeito que, mesmo com uma faixa de rolamento, as calçadas seriam amplas, com bancos ao longo de sua extensão. Considerando improcedentes as críticas feitas ao impacto das modificações sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, o prefeito ressaltava que o projeto não estava fundamentado em conceitos ultrapassados. Ao contrário, a abertura do calçadão iria “embelezar o centro, tanto para receber turistas quanto para acolher melhor a comunidade” (*A NOTÍCIA*, 2004, p. 9).

Traçamos alguns cenários que serviriam de suporte para a interpretação desses fatos.

O primeiro cenário diz respeito ao aumento do fluxo migratório para Joinville desde a década de 1980. Durante o período investigado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou três censos: de 1980, de 1991 e de 2000. A tabela a seguir permite ao leitor constatar a relação entre a migração e o crescimento demográfico da cidade.

Tabela 1 – População residente em Joinville

Ano	Pessoas residentes naturais de Joinville	Pessoas residentes não naturais de Joinville	Total
1980	117.062	118.741	235.803
1991	180.543	166.607	347.153
2000	227.391	202.213	429.604

Fonte: Coelho (2011, p. 188)

É também a partir do censo de 1980 que Joinville passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* das cidades mais populosas do estado de Santa Catarina, ultrapassando a capital Florianópolis. Isso se refletiu nas manifestações registradas nos jornais da época sobre os problemas que a cidade então enfrentava: falta de infraestrutura e de serviços urbanos, aumento da violência e descontrole sobre a ocupação do centro e da periferia (COELHO, 2011, p. 63-72).

O segundo cenário, justaposto ao primeiro, pode ser traçado levando-se em conta a grave crise econômica que atingiu o Brasil a partir da década de 1980, a qual teve efeitos devastadores em Joinville. Segundo estudo da geógrafa Isa de Oliveira Rocha (1997), houve

queda acentuada na geração de novos empregos nas indústrias locais, e ondas demissionárias tornaram-se frequentes. O aumento de desempregados, contudo, não refreou a chegada de novos migrantes. Alguns deles ganharam as ruas centrais, aliando-se a um evento iniciado nos anos 1970: a Feira de Artesanato de Joinville¹¹.

O terceiro e último cenário refere-se a uma tendência que começou, desde a década de 1980, a ganhar corpo no campo das administrações municipais no Brasil: o desenvolvimento de um estado gestor para dar conta dos graves problemas urbanos que se apresentavam. O caso mais emblemático, conforme a imprensa local¹², estava bastante próximo. Tratava-se da gestão municipal de Jaime Lerner¹³, à frente da Prefeitura de Curitiba, no estado do Paraná. Arquiteto e urbanista, implantou o Sistema Integrado de Transporte Coletivo e construiu o primeiro calçadão brasileiro¹⁴, ideia modelar e inspiradora para o governo joinvilense. Em 1986 o prefeito Wittich Freitag criou sua versão de calçadão em um trecho da Rua do Príncipe¹⁵.

Foi nessa época também que o município começou a se estruturar para a criação de instituições e leis voltadas à proteção do patrimônio edificado. Entretanto toda a legislação era calcada na ideia de uma história e de uma identidade fundadoras: a imigração alemã¹⁶. A cidade histórica mostra suas raízes, eterniza seus fundadores e traz o conforto da crença numa eternidade, ainda que sob a forma do patrimônio edificado. Do nosso ponto de vista, a Rua do Príncipe nesse cenário tornou-se o principal objeto de atenção, já que nela visivelmente se entrecruzam e se justapõem os efeitos dos três cenários traçados.

Para a socióloga Fraya Frehse (2009, 153), “a ‘Rua’ remete a passagens, becos, largos e mesmo praças fisicamente abertos, isto é, não cercados, nas cidades, e cujo acesso legal é irrestrito em qualquer horário”. Os “usos da rua” refletiriam, então, as relações dos indivíduos que podem ser manifestadas como passagem ou ajuntamento, em ritmos regulares, aleatórios ou excepcionais. Outra característica nos usos da rua seria a abertura do espaço para a diversidade cultural (FREHSE, 2009, p. 153). Nesses termos, ao construir a categoria “usos da rua”, a autora propõe três “chaves analíticas” a serem consideradas em estudos empíricos: a interação, a função e o contexto. A interação abarca os comportamentos e as relações sempre em negociação entre os indivíduos com e pelos espaços da rua. A função seria a adequação da rua aos indivíduos que dela fazem uso, sendo aí a gestão arquitetônica uma ferramenta para a definição de suas funções. E, por fim, o contexto refere-se à forma em que a rua é praticada, sob dinâmicas sociopolíticas em jogo e em processo.

¹¹ A Feira de Arte e Artesanato foi criada no início da década de 1970. Em princípio, ela se instalou na Casa da Cultura, sendo mais tarde transferida para a Rua das Palmeiras e, depois, para a Rua do Príncipe. Nesse período, cresceu e tornou-se referência na região, atraindo artesãos e clientes de outras cidades interessados em adquirir produtos artesanais e alternativos. De um evento com frequência mensal, passou a se estender para mais dias da semana (ABEID FILHO, 2013).

¹² Na pesquisa de fontes de imprensa, várias reportagens foram levantadas sobre ausência de planejamento urbano para a cidade, contudo uma delas se destacou: A IDEIA do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville em se valer de exemplos de gestão. **A Notícia**, Joinville, p. 6, 23 mar. 1997.

¹³ Foi três vezes prefeito de Curitiba (1971-1974; 1979-1983; 1989-1992) e governador do estado por dois mandatos (1995-2003).

¹⁴ O calçadão foi construído na Rua Quinze de Novembro, conhecida então como Rua das Flores, localizada na região central da cidade.

¹⁵ A descrição das obras consta do artigo REURBANIZAÇÃO da Rua do Príncipe. **A Notícia**, Joinville, 11 jan. 1986.

¹⁶ Para tal afirmação nos baseamos na análise da historiografia local, especialmente em Ficker (2008) e Ternes (1981).

Essas chaves analíticas orientaram a discussão e a interpretação das intervenções estudadas com base nos cenários traçados.

A construção do calçadão em 1986 foi uma intervenção que teve como pedra de toque a necessidade de melhorar a gestão urbana adotando modelos presumidamente exitosos e de vanguarda. Assim como Curitiba, Joinville precisava ter seu calçadão. A legislação recém-criada¹⁷ sobre a proteção do patrimônio edificado, ainda que instituísse a prática de tombamento como forma de preservação, pouco interferiu no projeto e na redefinição das funções da Rua do Príncipe, agora com um calçadão. Pareceu-nos que essas primeiras iniciativas de gestão do patrimônio cultural tinham objetivos muito específicos. Não havia explicitamente a intenção de agregar valor econômico ao patrimônio, mas instituir referenciais identitários a serem “assimilados” e devidamente aprendidos pelos migrantes joinvilenses, sobre como a cidade deveria ser representada e apropriada.

Por outro lado, a nova função atribuída pelo poder público à Rua do Príncipe em 1986 foi taticamente aproveitada pelos artesãos. Ocorre que, no final das obras, a Ajart procurou o então prefeito Wittich Freitag e reivindicou o espaço do calçadão para a realização da Feira de Artesanato, de acordo com as normas que, porventura, fossem estabelecidas e exigidas. Conforme Abeid Filho (2013, p. 51), apesar do protesto dos lojistas, a prefeitura cedeu à pressão da Ajart, e a Feira de Artesanato passou a ocupar a principal rua comercial da cidade. A partir desse momento, as tensões entre artesãos e lojistas acirraram-se.

Em 2000, os lojistas articulados e fortalecidos também por intermédio de uma associação, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), passaram a forçar o poder público a retirar a Feira de Artesanato da Rua do Príncipe. As tensões aumentaram, até que em 2004 a prefeitura retirou os artesãos da Rua do Príncipe e destruiu o calçadão.

A figura 1 mostra o momento em que policiais armados e montados em cavalos cercam o espaço e uma escavadeira inicia a destruição do calçadão, a fim de abrir a rua para o trânsito de veículos. Na figura 2 funcionários da prefeitura desmontam as barracas.

Figura 1 – Escavadeira destrói calçadão, protegida por policiais – 1.º/3/2004



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

¹⁷ Em 1980 foi promulgada a Lei Municipal n.º 1.773, de Proteção do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Joinville. Essa década foi marcada pela multiplicação de leis municipais em prol da cultura, criando instituições municipais e legislação que serviram de base para os futuros tombamentos e intervenções urbanas direcionadas ao patrimônio cultural. Percebemos, a partir de 1980, o aumento no número de leis sobre proteção do patrimônio cultural, especialmente na esfera municipal, que supera o número de leis estaduais e segue a tendência de crescimento verificada na esfera federal (ABEID FILHO, 2013, p. 92-93).

Figura 2 – Agentes municipais desmontam barracas – 1.º/3/2004

Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Chama a atenção nesse episódio de 2004 as práticas adotadas pelos gestores públicos, que se autodenominaram “governo social” para o êxito da intervenção.

Para refletir sobre esse paradoxo seria necessário considerar as influências de grupos organizados sobre as decisões tomadas por gestores públicos. Porém isso não explicaria o interesse em associar o patrimônio edificado aos projetos de desenvolvimento econômico das cidades, como vimos assistindo na contemporaneidade.

Desde 1997 a Rua do Príncipe concentra o maior número de imóveis tombados na cidade. Jeudy (2005, p. 94) escreve: “é preciso que em um dado momento a cidade seja imobilizada em si mesma para que possa se tornar um objeto de conceitualização”. Explica ainda que, na contemporaneidade, “o urbanista (ou o arquiteto) precisa mostrar como as infraestruturas que modifica ou cria, destinam-se de fato a melhorar a vida cotidiana dos cidadãos” (JEUDY, 2005, p. 95). A isso concorre a construção de uma imagem de cidade que provoque a coesão e o controle social mediante mecanismos de emanção de um pertencimento unificante e, ao mesmo tempo, como garantia de atratividade é preciso também que se convença que essas ações teriam como base a busca da qualidade de vida da população local.

A intervenção que levou à destruição do calçadão em 2004 apoiou-se em propósitos voltados à fruição do trânsito no centro. O que emerge da ação violenta sobre os artesãos removidos da Rua do Príncipe é a desconfiança sobre os reais motivos dessa atitude. Pelos relatos e publicações levantados, é mais fácil crer que a ação governamental se centrou na chave analítica citada por Frehse (2009) como “função”, sendo a mudança arquitetônica um mecanismo para retirar daquela rua um grupo indesejado, trazendo de volta a rua para uso privilegiado dos lojistas.

Jeudy (2005) afirma que, na contemporaneidade, os “financiadores” do patrimônio cultural apoiam-se num discurso poético sobre a cidade, mas pretendem firmar uma “imagem determinante” dessa cidade, sem se importarem com uma “sensibilidade comum” aos seus habitantes. Segundo Jeudy (2005), verifica-se nos processos de metamorfose das cidades uma “soberania” das representações políticas em jogo. O medo da “desestruturação” reforça a necessidade da ação do Estado. Essa ameaça está sempre presente, pois a unidade urbana está permanentemente ameaçada de deslocamento. Por isso a cidade é tratada como uma paisagem a ser remodelada (JEUDY, 2005, p. 99). Esse olhar de Jeudy nos leva a crer

que o crescente interesse na preservação da Rua do Príncipe por parte dos gestores públicos poderia abrigar argumentações sobre a necessidade de retirada da Feira de Artesanato se essa fosse compreendida como uma apropriação inadequada ao conceito estético idealizado para aquele espaço enobrecido.

Apesar de a ação de remoção da Feira de Artesanato na Rua do Príncipe parecer descontextualizada do cenário político nacional de um governo democrático, o ano de 2004 trouxe novos elementos distintivos que devem ser considerados. As tensões sobre um lugar disputado são como combustível para o poder público que se vê como empresário em busca do desenvolvimento econômico da cidade.

Organizar e controlar a rua já são argumentos suficientes para o gestor público, mas, quando essa rua traz elementos arquitetônicos que evocam uma cultura desejada, torna-se então o foco de ações de intervenção. Isso porque, na contemporaneidade, a cultura é um vetor para o turismo, e a cidade é produto à venda. A globalização é o fundo dessa nova forma de pensar e gerir o espaço urbano, colocando, conforme defende Sánchez (2001), não somente os produtos e serviços, como também o homem e as cidades como objetos de consumo vendáveis e, portanto, objetos de *marketing*. Nessa visão se desenvolve o *citymarketing* nas políticas públicas (SÁNCHEZ, 2001, p. 32). O *citymarketing* é o caminho para a globalização da cidade, e a cultura, o seu palco de atrações. O que não interessa para o desenvolvimento econômico deve ser controlado e, às vezes, eliminado.

Os propósitos declarados trazem as questões de acessibilidade, fluidez do trânsito, revitalização do patrimônio cultural e preservação da memória da cidade, todavia questões não declaradas revelam-se no episódio ocorrido em 2004. Os discursos confrontam-se com as práticas. A acessibilidade é parte do discurso, mas a prática é seletiva ao definir qual público terá direito a esse acesso. Não se torna de fácil compreensão pensar, em 2004, na destruição de um calçadão para melhorar o acesso ao trânsito central quando, em muitos lugares no mundo, a tendência seja oposta. A intervenção em 2004 não se sustenta nos seus argumentos, nem sob o olhar técnico, pois mais automóveis circulando supostamente não melhoram a mobilidade urbana, e muito menos pelo olhar dos grupos de usuários dessa rua, uma vez que um grupo, os artesãos que sobreviviam de atividades na rua, perderam seu espaço e, conseqüentemente, sua fonte de renda. Assim, problematizar essas duas intervenções articulando os direcionamentos tomados pela gestão pública, com base nos jogos de interesses e expectativas de diferentes sujeitos, grupos sociais e instituições, permite-nos compreender as transformações físicas e estéticas dessa rua inseridas num campo de força, cuja dinâmica se liga aos usos sociais do espaço público e também nos possibilita perceber o jogo que emana das estratégias de *culturalização* mercantil das cidades para as quais a preservação do patrimônio edificado serve como sustentação discursiva.

CONCLUSÃO

A análise dos documentos e da bibliografia consultada levou a questões sobre os usos da rua e, especialmente, às intervenções urbanas ocorridas na Rua do Príncipe, quando ações governamentais resultaram em efeitos paradoxais. Nas duas situações, o poder público agiu em nome do bem-estar coletivo. Num primeiro momento, encontrava na Feira de Artesanato uma saída para um grupo de artesãos, o que mitigava as questões tensas que se apresentavam com o crescimento populacional, a crise industrial e a ameaça a uma presumida história e identidade local. Num segundo momento, o patrimônio edificado serviu de base para uma política de inserção da cidade no roteiro global.

Concluimos que os discursos dos gestores públicos não apresentam mudanças importantes que venham justificar as ações paradoxais verificadas em 1986 e em 2004, entretanto os cenários traçados em cada um daqueles momentos deixaram-nos pistas

importantes. O contexto de 1986 era de instabilidade social, crise econômica e desemprego. Era preciso criar oportunidades para a inclusão de uma população que não encontrava meios de sobrevivência, e o uso da Rua do Príncipe para a realização de uma Feira de Artesanato parecia ser a solução para um grupo de artesãos. Essa possibilidade era atraente e diminuiria as tensões sociais, abrindo a possibilidade de engajamento de outros sujeitos num projeto urbano gerador de renda.

Esse contexto, no entanto, mudou com a chegada dos anos 2000, quando o fenômeno econômico da globalização trouxe aos gestores públicos um novo olhar para a cidade. A cidade-mercadoria é a nova proposta que promete trazer investimentos e gerar riqueza para o município, e os usos da rua são reconfigurados em termos de interação, função e contexto.

REFERÊNCIAS

ABEID FILHO, João. **Uma rua em disputa:** Rua do Príncipe, Joinville, Santa Catarina – 1986/2004. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

A NOTÍCIA. Joinville, 25 dez. 1981. p. 5.

_____. Joinville, 2 mar. 2004. p. 9.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Lista dos imigrantes.** Acervo do Arquivo Histórico de Joinville composto por 119 listas de imigrantes produzidas de 1851 a 1924. Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/ListalImigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica:** ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante.** Joinville: Editora Univille, 2011.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.). **Plural de cidades:** novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. (Cidades e arquitectura).

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **Sítios arqueológicos.** Disponível em: <<http://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/19-S%C3%ADtios+Arqueol%C3%B3gicos.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades:** Santa Catarina – Joinville. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420910&idtema=16&search=|síntese-das-informações>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOINVILLE. **Plano Diretor Municipal**. Lei Complementar n.º 261, de 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/gikrc>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville – SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: [s.n.], 1997.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTA Catarina – Joinville. Disponível em: <<http://www.santacatarina.com.br/cidades/joinville/index.php>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.